

COMO CITAR ESTA RESENHA: COULMAS, Florian. *Escrita e sociedade*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014. Resenha de: PAIVA, F. J. O.; DIAS DA SILVA, E. Releituras da escrita na sociedade: entre epistemologias e intersecções. **Revista Colineares**, Mossoró, v. 05, n. 02, p. 89-96, Jul/Dez, 2018.

(RE)LEITURAS DA ESCRITA NA SOCIEDADE: ENTRE EPISTEMOLOGIAS E INTERSECÇÕES

COULMAS, Florian. *Escrita e sociedade*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

O letramento é um instrumento de poder social.
(COULMAS, 2014, p.89).

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva³³
Eduardo Dias da Silva³⁴

O livro *Escrita e Sociedade* do professor e pesquisador alemão Florian Coulmas foi traduzido por Marcos Bagno e publicado pela Parábola Editorial. Nesta obra, o autor investiga o *locus* da escrita na sociedade e como esta invenção humana é ainda compreendida como ubíqua, trazendo à baila inúmeras questões quanto a seu propósito em relação às práticas sociais de escrita e de atividades de compreensão leitora demandadas pela vida contemporânea.

O autor além de ser um importante linguista, trabalha também como professor da Sociedade Japonesa e de Sociolinguística na Universidade de Duisburg-Essen. O livro reúne sete capítulos resultados de pesquisas realizadas pelo autor ao longo de sua carreira docente e, principalmente, em atividades enquanto pesquisador nas áreas da sociologia da escrita, políticas linguísticas, sistema de escrita, letramentos etc., em conexão com questões da sociedade, cultura e linguagem.

Em *Escrita e Sociedade*, Coulmas (2014) examina as causas sociais do analfabetismo, demonstrando, quais são as instituições de grande importância para a sociedade moderna, fundamentadas na escrita e nos textos escritos, que se caracterizam por formas específicas de comunicação. Nesse sentido, o autor explora ainda a dimensão social das reformas ortográficas, aliadas a uma leitura crítica acerca das desigualdades sociais e letradas de muitas comunidades

³³ Mestre em História e Letras pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras (FECLESC/UECE). Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE/FAFIDAM). Professor efetivo da SEDUC/CE. Pesquisador no grupo Pragenteforte e Escola de Estudos Críticos (IFCE, UFC, UECE e UNILAB). E-mail: geimesraulino@yahoo.com.br

³⁴ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Práticas Sociais da Universidade de Brasília (PósLIT/UnB). Professor na Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). E-mail: edu_france2004@yahoo.fr

nacionais, assim, observa com maestria como ocorre as atividades de letramento tanto na esfera pública como na particular pelos atores que a compõem.

No *prefácio* do livro, Coulmas ao discutir os sistemas de escrita e a língua escrita, bem como sua complexidade na sociedade atual ressalta que

[n]a linguística do século XX, firmou-se o axioma de que a escrita é desimportante, mas isso não tem fundamento, sobretudo se quisermos dirigir nossa atenção aos aspectos sociais do comportamento linguístico, ao repertório de códigos de uma sociedade e à divisão do trabalho entre diferentes modos de comunicação pela linguagem (COULMAS, 2014, p. 12).

Atentando-se a essa concepção linguística, o autor tem esclarecido ao longo de seus estudos linguísticos e sociológicos como se estabelecem as relações de grupos sociais acerca da língua e etnia, advindas das mudanças linguísticas. Segundo Coulmas a grande dificuldade quanto ao acesso à cultura letrada e aos bens culturais pelos indivíduos mais pobres se deu em consequência das altas taxas de analfabetismo, porque os vernáculos eram escritos e as práticas de letramentos formais se estendiam apenas a setores mais privilegiados da sociedade.

Coulmas (2014) nos apresenta sociohistoricamente algumas observações e reflexões acerca da função da escrita na sociedade, por isso avalia que as línguas nacionais, por exemplo, se estabeleceram como legítimas, juntamente com seus sistemas de escrita e ortografia. O fato contribuiu na expansão da base demográfica para o letramento de massa devido ao gradual aumento da educação formal.

O primeiro capítulo “*A tirania da escrita e o domínio da fala vernácula*” apresenta uma série de argumentos acerca da predominância da escrita invocando que “vivemos num mundo letrado” (p.16). No entanto, ainda existem cerca de 790 milhões³⁵ de adultos analfabetos no mundo, com os países africanos e asiáticos apresentam os maiores índices de adultos analfabetos.

Esse crescente analfabetismo nos tem mostrado a nova realidade da cultura letrada em que a tradição oral não mais é suficiente para estes povos, logo a escrita se tornou necessária como mecanismo de acesso aos bens culturais e a ascensão dos indivíduos de uma sociedade. Nesse diapasão, esse sociolinguista argumenta que

[a] língua na modalidade escrita é parte do comportamento comunicativo diário de todas as pessoas, ativa e passivamente e, no caso dos analfabetos, ela os coloca diante de uma barreira intransponível. Por causa disso, defende-se hoje em dia que o letramento é um direito humano universal (COULMAS, 2014, p. 16).

Neste capítulo inicial, em suma, o autor enfatiza que o letramento universal se projetou apenas em algumas partes do mundo. Dessa forma, a escrita vem desempenhando há muito tempo seu controle sobre a língua. Por isso, esse sociolinguista analisa o contexto da escrita no campo dos estudos científicos da

³⁵ Dados estatísticos da Unesco em 2010, citados por Coulmas (2014, p. 16).

língua, sobretudo a partir da análise científica dos argumentos “falhos” de Saussure de que a escrita é estranha ao sistema interno da língua.

Coulmas (2014, p. 17-18) apesar de entender também que “a língua é pesadamente influenciada pela escrita”, contrapõe-se aos argumentos saussurianos de ênfase “na fala como manifestação primária da língua”, logo para Coulmas não se pode querer distanciar o relacionamento da escrita com um dado sistema interno da língua.

Além do mais, analisando o argumento de Bloomfield de que a escrita não é a língua, mas apenas um modo de registrar a língua por meio de marcas visuais, Coulmas (2014, p. 19) nos faz considerar o fato de que “a língua é compreendida como uma instituição [...]”, sendo essencial o estudo da mudança linguística “porque ele oferece a única possibilidade de explicar o fenômeno da linguagem” (BLOOMFIELD, 1993, p. 281)³⁶.

Finalmente, o autor nos faz refletir sobre inúmeras questões ligadas à supremacia da escrita na sociedade atual. A língua escrita é o modelo da educação para falantes de muitas regiões e pode ser concebida como “o protótipo da língua a partir da qual os dialetos falados são desvios caóticos de nível inferior” (COULMAS, 2014, p. 33).

Dessa forma, tanto sociedades e indivíduos letrados fazem escolhas linguísticas com um leque maior de escolhas, tornando os atos comunicativos adequados aos objetivos pretendidos, levando em conta a escolha do meio e do código. Essas escolhas favorecem a construção da significação social dada à escrita e as suas “complexas relações com a estrutura social, as variedades linguísticas (códigos), normas, atitudes, educação e instituições que se fundamentam na escrita” (COULMAS, 2014, p. 34).

No segundo capítulo “*O passado no presente e as sementes da esfera pública*”, Coulmas (2014) ressalta a evolução da escrita e sua influência nas antigas cidades-estados, sobretudo quanto às atividades públicas que remontam a práticas de letramento popular com o uso da escrita para fins de comunicação e para encaminhar as demandas cotidianas das pessoas em praça pública. Nesse sentido, Coulmas (2014, p. 38), baseado em Harris (1989)³⁷, afirma que “[...] muito do que sabemos sobre o fluxo de mercadorias, pessoas e ideias na ágora ateniense chegou até nós na forma de um grande número de inscrições pintadas ou rabiscadas em vários objetos do dia a dia”.

O autor reforça muitas atividades significativas com a palavra escrita nas atividades de muitos povos (Atenas, Pompeia, Romanos e de outros povos antigos). Ele enfatiza ainda que provas da escrita em locais públicos foram evidenciadas com as escavações de Pompeia no século XVIII (COULMAS, 2014, p. 39), além de serem encontrados documentos públicos que comprovam esse letramento com a escrita. Com base em um olhar de profundidade histórica, o autor menciona que o que distingue o chinês e o grego é o fato do sumério, do babilônico, do gótico, e do etrusco não serem mais línguas faladas, ao contrário do chinês e grego, apesar de não serem as mesmas línguas faladas dos tempos antigos (COULMAS, 2014, p. 40).

³⁶ BLOOMFIELD, L. *Language*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1993.

³⁷ HARRIS, W. V. *Ancient Literacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

O terceiro capítulo “*Língua escrita e língua não escrita*”, o autor procura explicar algumas das características linguísticas das línguas escritas e não escritas, sobretudo os recursos linguísticos de forma sistemática e analítica. Considerando a trajetória de uma língua para o registro escrito, o autor corrobora que “[a] maioria das línguas do mundo jamais foram escritas, mas a ampla maioria da população mundial aprende a ler e a escrever” (COULMAS, 2014, p. 60). Em outras palavras, ele considera que em quase “todo lugar a divisão do trabalho comunicativo entre modos oral e escrito corresponde a contextos sociolinguísticos específicos que atribuem diferentes funções a diferentes línguas” (COULMAS, 2014, p. 60).

Considerando as dimensões do *grupo de referência* e o *potencial funcional de uma língua*, o autor apresenta uma eficaz matriz para análise de línguas escritas ou não escritas, além de exemplificar com base na matriz do sumério, francês, occitano etc., pontuando as características linguísticas de cada uma com seus recursos ou grupo de referência relacionados. Dessa forma, Coulmas (2014) menciona duas dimensões para sistematizar os recursos linguísticos:

(1) o *grupo de referência*, que diz respeito a identificação do tamanho e características definidoras, que vão, em ordem descendente, da unidade totalmente abrangente à unidade mínima: mundo, Estado-nação, etnia, instituição, família e indivíduo. E (2) o *potencial funcional de uma língua* dividida em vários tipos de recursos: intelectual, cultural, emocional-simbólico, social e econômica.

De fato, é do conhecimento de todos/as que diferentes línguas exercem diferentes funções em seus respectivos ambientes, para isso essa compreensão demanda mais estudos, tanto no nível social quanto no linguístico, visando responder a seguinte indagação feita Coulmas: *O que a escrita faz com uma língua?* Em suma, neste momento, o autor procurou estabelecer algumas distinções entre língua escrita e a língua não escrita nos situando acerca dos efeitos da escrita sobre a sociedade e sobre a língua, a partir de quadros conceituais utilizados para estudar aspectos específicos dessas distinções.

Depois de ter estabelecido as principais diferenças entre a língua falada e língua escrita, Coulmas no quarto capítulo “*Letramento e desigualdade*” se volta ao entendimento dos significados sociais da escrita, tendo em vista sua inserção nas atividades da esfera pública. O autor problematiza essa questão das desigualdades na distribuição e no acesso aos bens culturais etc., enfatizando que “[o] letramento é uma medida adequada para demonstrar o quanto a esfera pública sempre foi e continua sendo exclusiva” (COULMAS, 2014, p. 85).

Em síntese, ao tratar sobre as diferenças entre a língua escrita e falada em esferas públicas de comunicação da sociedade moderna e no capitalismo tardio, Coulmas ressalta com propriedade que o capital cultural (BOURDIEU, 1984 [1979])³⁸, foi estabelecido como eficaz na diferenciação dentro da sociedade quanto ao controle da participação na formação da opinião pública. Coulmas, além do mais, adentra à questão das desigualdades em relação à distribuição das habilidades letradas ao longo dos tempos, sobretudo, pelo viés das políticas públicas nacionais,

³⁸ BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgment of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984 [1979].

voltadas ao combate do analfabetismo e no fomento ao acesso dos letramentos formais, de massa etc.

Levando em conta essa desigualdade na distribuição das habilidades letradas, o autor salienta que “famílias pobres e desfavorecidas representam a maioria dos analfabetos funcionais” (COULMAS, 2014, p. 89). Ou seja, observamos como o analfabetismo funcional continua a ser um problema, pois está, a todo momento, sendo associado às desigualdades de renda, *status* ocupacional, acesso a determinados mercados de trabalho, etc. Enfim, os índices de letramento formal de um determinado grupo em relação a outros não alfabetizados, de certa forma, podem refletir nas diferenças culturais, sociais e regionais, bem como nos estágios de desenvolvimento econômico de um país.

No quinto capítulo “*A sociedade das letras*”, percebe-se como ocorre a ampla dimensão da importância da escrita nas instituições da sociedade moderna, ou seja, como estas estruturas sociais estão associadas a uma variedade particular de uso da língua escrita. Coulmas (2014) ressalta que esse aglomerado de instituições constitui a comunidade denominada de “sociedade das letras”. Como exemplo disso, o autor menciona a *escola* como “instituição que mais obviamente depende da escrita e serve para sua disseminação” (COULMAS, 2014, p. 126).

Mais adiante, Coulmas nos oferece muitos outros exemplos históricos e contemporâneos de como estas instituições se definem, organizam-se sociolinguisticamente, e quais as práticas de escrita e de linguagem escrita que adotam(ram) em atividades particulares, operadas institucionalmente nos vários grupos sociais. Isso possibilita que, como leitores/as desta obra, possamos a todo instante refletir o papel exercido pela escrita na sociedade, na política, na religião, na economia, etc., ao longo dos séculos.

Para tanto, o autor enfatiza que no processo de aquisição do “abc da escrita”, se faz necessário compreender a *língua como faculdade natural e a escrita como um artefato* de natureza cultural, política, econômica, religiosa, etc. Logo, esse estudioso esclarece que “esta é a razão por que as crianças adquirem a língua, mas não a escrita, sem orientação. A difícil arte da escrita exige habilidade que têm de ser ensinadas, memorizadas e laboriosamente praticadas” (COULMAS, 2014, p. 126).

O sociolinguista alemão acentua também que na análise da estrutura institucional, da relação e da evolução da escrita na atividade social “[a] educação universal disseminou a escrita amplamente, mas ao mesmo tempo fez crescer a divisão do trabalho na sociedade, suscitando novos gêneros e profissionais que os controlam” (COULMAS, 2014, p. 130). Em outras palavras, Coulmas analisa esse novo contexto de produção sociocomunicativa da escrita a partir dos *domínios institucionais* do poder ideológico do uso da escrita na sociedade, resultando no que ele chama de “linguagem simplificada”, referindo-se, por exemplo, a complexidade convencionalizada da linguagem jurídica que incorpora a “aura da autoridade e superioridade” da classe dos advogados em relação a seus clientes.

Em face a tudo isso, deve-se considerar que as instituições, em geral, são envolvidas por “regras específicas, códigos de conduta e convenções linguísticas”, além do que a “produção escrita as identifica tanto quanto as variedades de fala

identificam a classe social, o grau de instrução ou a origem regional de um indivíduo” (COULMAS, 2014, p. 108).

Florian Coulmas deixa evidente como a escrita é uma maneira de comunicação essencial na sociedade contemporânea, considerando que a “língua escrita é um atributo do poder, [logo] escrever é potencialmente um meio de empoderamento” (COULMAS, 2014, p. 134). Enfim, o autor ainda reforça que “as instituições aqui consideradas são constitutivas da sociedade das letras no sentido de que uma comunidade delimitada e reconhecível estabelece seus próprios padrões” (COULMAS, 2014, p. 130).

Seguindo esse raciocínio no sexto capítulo “*A reforma da escrita*”, o autor nos faz compreender a escrita como um bem público, instigando-nos por meio de algumas indagações pertinentes, salientando que as comunidades de fala necessitam fazer escolhas quanto ao uso social da escrita. Isso requer o posicionamento político de cada membro da sociedade. Assim, Coulmas questiona de quem é a língua que funciona como língua nacional, língua oficial, ou língua minoritária reconhecida, etc.?

No sentido de responder tais questões, Coulmas procura compreender que as categorias: “nacional”, “oficial”, “minoría reconhecida”, etc., não existiam em tempos antigos, e que a escrita não era tão regulada. O autor ressalta que

[a] era industrial, contudo, trouxe exigências de regulação, conformidade e padronização mais estritas, transformando a língua escrita num *bem público*, isto é, num meio de comunicação que passou a ser reconhecido como um pré-requisito para o sucesso nos empreendimentos coletivos, sobretudo os empreendimentos no Estado-nação (COULMAS, 2014, p. 134, *destaques do autor*).

Nessa ótica, Coulmas procura justificar que a escrita precisa ser vista como um *bem público coletivo* que deve ser garantido, hoje, pelo poder do governo com intervenções políticas, para que seu acesso dado aos indivíduos se consolide social e institucionalmente, tendo em vista que “[a] língua escrita pode ser conceitualizada como um bem público, já que seu uso não é consumo de suprimentos não renováveis” (COULMAS, 2009 *apud* COULMAS, 2014, p. 135), sendo, assim, à medida que aumenta o número de usuários de um dado sistema de escrita também aumenta sua utilidade.

Enfim, o autor destaca que a “língua escrita, portanto, se tornou, sob diversos aspectos, um objeto de planejamento político e de finanças públicas onde possível” (COULMAS, 2014, p. 136). Em outras palavras, este estudioso da linguagem e da escrita explica finalmente que

[o]s usos da escrita em sociedades modernas se vinculam intimamente a armazenamento, recuperação e acessibilidade a informações numa forma padronizada que, além disso, assegura a continuidade. Reformas ortográficas, portanto, precisam de sanção oficial (COULMAS, 2014, p. 138).

É importante salientar que revisando a literatura científica e discutindo a reforma do sistema de escrita e a reforma ortográfica no sexto capítulo, Florian Coulmas argumenta que os/as linguistas que estudam reformas ortográficas têm

apontado constantemente que “o raciocínio ordenado e teoricamente bem constituído não se aproveita sem reservas”, porque os argumentos ideológicos de uma reforma ortográfica tem mais influência que os funcionais (COULMAS, 2014, p. 136).

O sistema de escrita é o mais eminente subsistema linguístico, aquele que os não linguistas tendem a avaliar “como representação da própria língua, de sua história e valor simbólico e como marca a identidade” (COULMAS, 2014, p. 153). Afinal, pode-se considerar, neste momento, os sistemas de escrita como os artefatos sociais e bens públicos são elementos essenciais para o processo social e, deste modo, jamais passíveis de se adaptar em termos meramente científico-acadêmicos (COULMAS, 2014).

O sétimo e último capítulo, “*Escrita e letramento no mundo digital*”, encerra com maestria a relevância desta obra, para os estudos da linguagem, cultura e sociedade uma vez que o autor problematiza que “[a] escrita ajudou a expandir a capacidade de [sic] mente humana e a estabelecer privilégios, discriminação e opressão” (COULMAS, 2014, p. 161). Nesse momento, o autor procura discutir a *história social da escrita* desde seus tempos remotos até a contemporaneidade com a inserção e a influência das tecnologias na cultura escrita. Por isso, ele enfatiza que

[a] escrita atravessou um longo caminho desde sua invenção, mas, apesar das muitas mudanças que sofreu, ela ainda é reconhecidamente a mesma: a geração e o registro de significação no modo visual. No entanto, as circunstâncias em que fazemos usos da palavra escrita são tão diferentes das dos antigos assírios, gregos e chineses quanto empregadas então e agora (COULMAS, 2014, p. 160).

Explicando esse contexto da *história da escrita na sociedade*, Coulmas esclarece que é preciso considerar, ao mesmo tempo, a necessidade de uma avaliação da escrita e de seus efeitos nos vários grupos sociais, até porque para este sociolinguista “[e]xiste uma grande complexidade na arte e na tecnologia da escrita” (COULMAS, 2014, p. 161). Certamente, tivemos ganhos incalculáveis para os estudos de linguagem, uma vez que “a tecnologia da escrita eletrônica para exibição e transmissão de textos tem facilitado grandemente a escrita das línguas até agora ágrafas” (COULMAS, 2014, p. 161).

Coulmas, ao discutir sobre a *língua e a comunicação mediada por computador* (CMC), ressalta que a língua muda sob a influência da digitalização, pois os meios de comunicação e as tecnologias digitais foram e são essenciais para a difusão real de acontecimentos e conhecimentos, além do que a imprensa escrita foi crucial para estimular a *aquisição do letramento e a padronização da língua* (COULMAS, 2014, p. 162). Para este pesquisador “[n]ovas mídias e ferramentas de escrita sempre instigam inovações linguísticas para além do ritmo incessante da mudança linguística, inovações que de algum modo são específicas à mudança tecnológica” (COULMAS, 2014, p. 162).

O autor nos chama atenção sobre fato de que apesar de todas as inovações tecnológicas embutidas à escrita na sociedade ao longo das últimas décadas, é necessário, pois, considerar que o trabalho com a escrita e a língua sob condições

de *comunicação mediada por computador* (CMC) ainda está em fase da inovação e da experimentação. O autor salienta que há uma

[...] contradição da escrita na era digital é que o acesso mais fácil a mais material escrito torna difícil processá-lo. A crescente velocidade da comunicação digital coincide com o crescente volume de texto que se espera que os habitantes da sociedade das letras processem (COULMAS, 2014, p. 184).

De certa forma, pode-se ainda advertir que apesar dos muitos avanços quanto ao uso da escrita social como tecnologia e como divisor da luta de classes, ressalvamos que muitas destas implicações surgidas pelas inovações tecnológicas são imprevisíveis. Basta observarmos, por exemplo, que o papel da língua escrita como indicador social e o encadeamento de estilos com a classe social não vão dissipar-se da noite para o dia. Contudo, segundo Coulmas uma posterior democratização dos letramentos transformará a relação global entre a hierarquia social e o uso da língua nas sociedades globais.

Enfim, recomendamos a leitura do obra *Escrita e Sociedade*, não só por estudantes do Curso de Letras, Antropologia, Linguística e Sociologia, por exemplo, mas também por educadores/as em geral. Coulmas faz inúmeros questionamentos elucidativos sobre a escrita e o desenvolvimento de pesquisas linguísticas, culturais e antropológicas de estudo da língua, buscando analisar a relação entre história da língua e a compreensão da escrita como artefato cultural presente tanto das sociedades primitivas quanto contemporâneas.

O livro, sem dúvida, traz diversas contribuições aos estudos da linguagem, além de ser escrito de forma acessível e coerente. Busca, portanto, provocar inquietações epistemológicas e linguísticas através de um leque de perguntas elaboradas pelo autor, ao término de cada um dos setes capítulos que compõem a obra, propiciando aos leitores/as de *Escrita e sociedade* a assimilação e a sumarização dos conceitos-chave articulados na obra.